

MPSP abre inquérito para investigar fala de deputada na Alesp

Deputada Fabiana Bolsonaro será investigada por discurso com “blackface” na tribuna

O Ministério Público de São Paulo abriu um inquérito civil para apurar a conduta da deputada estadual Fabiana Bolsonaro por possível prática de racismo, transfobia e misoginia durante discurso na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

A investigação tem como base uma manifestação feita em 17 de março de 2026, quando a parlamentar utilizou a tribuna da Casa para criticar a nomeação da deputada federal Erika Hilton à presidência da Comissão de Defesa da Mulher da Câmara dos Deputados.

Segundo a portaria de instauração, a deputada utilizou o recurso conhecido como “blackface”, ao pintar partes do corpo de preto durante a fala, além de questionar a legitimidade de uma mulher trans ocupar o cargo. No documento, o Ministério Público destaca que a prática é historicamente associada à ridicularização da população negra e à reprodu-

ção de estereótipos racistas.

A Promotoria de Justiça de Direitos Humanos avalia que, em tese, a conduta pode configurar violação à dignidade humana e a direitos fundamentais, com potencial para gerar dano moral coletivo. Esse tipo de dano ocorre quando uma prática atinge valores compartilhados por um grupo ou pela sociedade, ultrapassando a esfera individual.

Além da possível prática de racismo, o MP aponta que a fala pode ser enquadrada como misógina, ao associar a condição de mulher exclusivamente a aspectos biológicos e reprodutivos, e também como transfóbica, ao questionar a legitimidade de mulheres trans em espaços institucionais de representação.

No texto, o órgão ressalta que a liberdade de expressão, embora garantida pela Constituição Federal, não é absoluta e deve ser exercida dentro de limites legais, especialmente quando há indí-



Apuração cita indícios de racismo, transfobia e misoginia e aponta possível dano moral coletivo

cios de discurso de ódio ou violação de direitos fundamentais.

A instauração do inquérito ocorre após o recebimento de representações que apontaram possível violação de direitos humanos. Como parte das diligências iniciais, o Ministério Público solicitou à Alesp o envio da íntegra da gravação do discurso, além de informações sobre eventual procedimento interno aberto pela Casa para apurar o caso.

Também foi determinado o envio de ofício à parlamentar, para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 dias. A deputada federal Erika Hilton foi convidada a prestar depoimento no âmbito da investigação, marcada para abril, enquanto Fabiana Bolsonaro deverá ser ouvida em maio.

O caso ganhou repercussão após a fala na tribuna da Alesp, em que a deputada criticou a escolha de Erika Hilton para a presidência da comissão. Durante o

discurso, além do uso do blackface, a parlamentar afirmou que uma mulher trans não teria “lugar de fala” para tratar de temas relacionados às mulheres, como gravidez, amamentação e menopausa.

A nomeação de Erika Hilton para o comando da Comissão de Defesa da Mulher foi anunciada no início de março e marcou a primeira vez que uma mulher trans assumiu a presidência do colegiado na Câmara dos Deputados. A escolha foi celebrada por movimentos sociais e parlamentares aliados, mas também gerou críticas de setores conservadores.

Especialistas em direitos humanos apontam que práticas como o blackface são amplamente reconhecidas como racistas por seu histórico ligado à escravidão e à representação caricata de pessoas negras, especialmente em contextos de entretenimento nos Estados Unidos do século XIX. No Brasil, manifestações desse

tipo também têm sido alvo de condenação judicial e de atuação de órgãos de controle.

Segundo o Ministério Público, o objetivo do inquérito civil é apurar a responsabilidade da deputada e avaliar a adoção de medidas cabíveis, que podem incluir a propositura de ação civil pública para reparação de danos coletivos.

Até a última atualização desta reportagem, a defesa da parlamentar não havia se manifestado sobre a instauração do inquérito.

A abertura do inquérito também ocorre em um contexto de aumento no monitoramento de discursos públicos por parte de órgãos de controle, especialmente quando envolvem representantes eleitos. Para o Ministério Público, manifestações feitas em espaços institucionais exigem maior responsabilidade, já que têm potencial de alcançar um público amplo e influenciar o debate público.

Sabesp vai alertar por mensagem sobre aumento no consumo e vazamento de água

Divulgação/Governo de SP

Cientes da Sabesp em São Paulo passarão a receber alertas automáticos sempre que o consumo de água ultrapassar em 30% a média habitual. A notificação será enviada por WhatsApp e também indicada na fatura mensal, como forma de sinalizar possíveis vazamentos dentro do imóvel.

A medida busca ajudar o consumidor a identificar rapidamente alterações no padrão de uso que possam indicar problemas nas instalações internas — principal causa de aumento inesperado na conta. Entre as situações mais comuns estão vazamentos em descargas, fissuras em caixas-d'água e rompimentos em tubulações embutidas, que nem sempre são perceptíveis no dia a dia, mas podem gerar desperdício

contínuo.

Como a manutenção dessas estruturas é de responsabilidade do morador, a identificação precoce pode evitar desperdício de água e reduzir impactos financeiros. Segundo a companhia, o sistema utiliza inteligência artificial para monitorar o consumo e emitir alertas sempre que há variações fora do padrão registrado para o imóvel.

Além da notificação, os clientes terão acesso a suporte remoto para auxiliar na verificação do problema. Por meio de videochamada, técnicos orientam sobre como identificar possíveis vazamentos e quais medidas podem ser adotadas para corrigir a situação. A empresa também disponibiliza, em seus canais digitais, conteúdos com instruções para



Outra novidade é videochamada com atendente especializado

a realização de testes simples no hidrômetro, na caixa-d'água e no vaso sanitário.

Para receber os avisos pelo WhatsApp, é necessário manter os dados cadastrais atualizados.

A atualização pode ser feita pelo telefone oficial da Sabesp, aplicativo ou agência virtual da companhia. Caso o número não esteja vinculado ao cadastro, o cliente pode não receber as notificações.

De acordo com a empresa, a iniciativa integra uma estratégia mais ampla de monitoramento do consumo, com foco no uso consciente da água e na redução de perdas dentro dos imóveis. A expectativa é que o sistema contribua para evitar surpresas na fatura e amplie a capacidade de resposta dos consumidores diante de alterações no consumo.

A Sabesp também orienta que, ao identificar aumento fora do padrão, o consumidor verifique possíveis sinais de vazamento, como manchas de umidade, ruídos na tubulação ou movimentação do hidrômetro mesmo com todos os registros fechados. Caso não identifique a causa, a recomendação é buscar um profissional especializado para avaliação detalhada.